



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/BA

Serviço de Vigilância Armada

Processo nº 08258.000090/2023-23

Termo de Referência 01/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de serviço de **Vigilância Armada Patrimonial para a Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia (SEDE) e suas unidades descentralizadas**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Local de execução	Endereço	Turno	Quantidade de postos	Nº de vigilantes	Valor mensal por vigilante	Valor mensal total	Valor Anual	Valor 5 anos
1	23647	Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia – Salvador	Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001	Diurno 12hX36	3	6	6.023,55	36.141,30	433.695,59	2.168.477,96
2	23957			Noturno 12h/36	3	6	7.128,22	42.769,33	513.231,98	2.566.159,90
3	23507			Vigilante Fiscal Diurno 44H	1	1	7.428,87	7.428,87	89.146,48	445.732,42
4	23647	Delegacia de Controle de Armas e Químicos, e Segurança Privada, e Delegacia de Polícia de Imigração – Corredor da Vitória	Av. Sete de Setembro, 2365 - Vitória, Salvador - BA, 40080-001	Diurno 12hX36	1	2	6.023,55	12.047,10	144.565,20	722.825,99
5	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.128,22	14.256,44	171.077,33	855.386,63
6	23647	Shopping Paralela	Av. Luís Viana Filho, 8544 - Alphaville, Salvador - BA, 41730-101	Diurno 12hX36	1	2	6.023,55	12.047,10	144.565,20	722.825,99
7	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.128,22	14.256,44	171.077,33	855.386,63
8	23647	Delegacia de Polícia Federal em Porto Seguro – DPF/PSO/BA	Estrada do Aeroporto, 917 Porto Seguro, BA, 45810-000	Diurno 12hX36	1	2	5.982,75	11.965,49	143.585,89	717.929,45
9	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.087,42	14.174,83	170.098,02	850.490,09
10	23647	FEIRA DE SANTANA	Avenida Maria Quitéria, 162 - Serraria Brasil, Feira de Santana - BA	Diurno 12hX36	1	2	5.997,58	11.995,17	143.942,00	719.710,01
11	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.102,26	14.204,51	170.454,13	852.270,65
12	23647	Delegacia Regional de Polícia Federal em Juazeiro – DPF/JZO/BA	Rua Amazonas, 99 - Santo Antonio, Juazeiro - BA, 48903-240	Diurno 12hX36	1	2	5.977,18	11.954,36	143.452,35	717.261,74
13	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.081,85	14.163,71	169.964,48	849.822,38

14	23647	Delegacia Regional de Polícia Federal em Vitória da Conquista DPF/VDC/BA	Avenida Guimarães Viana dos Santos, 426 Loteamento Caminho da Universidade - Candeias, Vitória da Conquista - BA, 45029-901	Diurno 12hX36	1	2	5.956,78	11.913,56	142.962,69	714.813,47
15	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.061,45	14.122,90	169.474,82	847.374,11
16	23647	Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus – DPF/ILS/BA	Av. Gov. Roberto Santos, nº 11 - Fundão, Ilhéus - BA, 45658-635	Diurno 12hX36	1	2	5.993,87	11.987,75	143.852,97	719.264,87
17	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.098,55	14.197,09	170.365,10	851.825,51
18	23647	Delegacia de Polícia Federal em Barreiras – DPF/BRA/BA	Avenida Aylon Macedo, nº 2227, bairro Morada Nobre, Barreiras /BA	Diurno 12hX36	1	2	5.989,42	11.978,84	143.746,14	718.730,70
19	23957			Noturno 12h/36	1	2	7.094,09	14.188,19	170.258,27	851.291,34
					23	45		295.793,00*	R\$ 3.549.515,97	R\$ 17.747.579,83

\*O custo "reserva de cargo de jovem aprendiz" não foi considerado para esta licitação de vigilância, conforme justificativa exposta no item 8 do Estudo Preliminar.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **05 anos**, contados do(a) **assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado por até **10 anos**, na forma do **artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021**.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade permanente - de domingo a segunda - de proteção ao patrimônio público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o levantamento de mercado feito no estudo preliminar da contratação.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

i) ID PCA no PNCP: **00394494000136-0-000014/2025**

ii) Data de publicação no PNCP: **14/05/2024**

iii) Id do item no PCA: **55**

iv) Classe/Grupo: **852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA**

v) Identificador da Futura Contratação: **200346-30/2025**

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Utilizar produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte;

4.1.2. Providenciar a destinação final de produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura;

4.1.3. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

**4.2.** A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

**4.3.** Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

**4.4.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

#### **Subcontratação**

**4.5.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### **Garantia da contratação**

**4.7.** Será exigida a garantia da contratação no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, conforme artigo 98 da Lei 14.133/21 e Anexo VII-F da IN05/2027.

**4.8.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

**4.9.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.10.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

**4.11.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços **NÃO** é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Entretanto, é assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **17:00** horas.

**4.12.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Emprego de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**

**4.13.** A contratada deverá empregar, no **percentual mínimo de 8%** (neste contrato: 4 mulheres), mulheres vítimas de violência doméstica, conforme condições estabelecidas no artigo 3º do Decreto Nº11.430/2023

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto: **15 dias** da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;

**5.1.2.** Os serviços de vigilância patrimonial armada a serem contratados, seguirão as seguintes escalas:

- a) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, das 7h às 19h, em escala 12x36.
- b) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, das 19h às 7h, em escala 12x36.
- c) 44 horas semanais - 08 (oito) horas diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 01 (um) vigilante no período de expediente comercial.

**5.1.2.1.** As quatro horas restantes para completar as 44 horas semanais contratadas serão cumpridas em período a ser decidido pela Contratante e a Contratada conjuntamente.

**5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**

**5.1.3.1.** A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:

**5.1.3.1.1.** Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**5.1.3.1.2.** Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

**5.1.3.1.3.** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

**5.1.3.1.4.** Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

**5.1.3.1.5.** Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da

instalação, mantendo sempre os portões fechados;

**5.1.3.1.6.** Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

**5.1.3.1.7.** Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

**5.1.3.1.8.** Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

**5.1.3.1.9.** Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;

**5.1.3.1.10.** Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;

**5.1.3.1.11.** Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

**5.1.3.1.12.** Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

**5.1.3.1.13.** Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

**5.1.3.1.14.** Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

**5.1.3.1.15.** Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

**5.1.3.1.16.** Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

**5.1.3.1.17.** Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;

**5.1.3.1.18.** A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

#### **5.1.3.2. Descrição das atividades serem executadas, conforme CBO:**

##### **A - ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO:**

- Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas;
- Rondar as dependências do local de trabalho;
- Ligar sistemas de iluminação e equipamentos;
- Ligar cabine de força;
- Verificar o uso do EPI;
- Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos ;
- Desligar sistemas de iluminação e equipamentos;
- Providenciar socorros médicos;
- Solicitar reparos.
- Fotografar ocorrências;
- Prevenir incêndios;
- Credenciar empresas, veículos e pessoas;
- Combater incêndios;
- Prestar primeiros socorros;
- Identificar objetos achados e perdidos para devolução;

##### **B - COMUNICAR-SE:**

- Relatar ocorrências;
- Interagir com órgão oficiais;
- Comunicar ocorrências contra o meio ambiente;
- Solicitar a presença de autoridade competente;
- Comunicar ocorrências de cargas irregulares;

#### **5.1.4. DA JORNADA DE TRABALHO E DO CONTROLE DE CARGA HORÁRIA**

**5.1.4.1.** Os serviços, objeto deste termo de referência, serão executados de segunda a domingo, em escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, diurno e noturno, realizada das 7h às 19h e das 19h às 7h; já para o vigilante que irá trabalhar em período de expediente administrativo, completando 44 horas semanais, conforme tabela do item 1.1 deste termo de referência, conforme normas trabalhistas, Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e regras previstas neste termo de referência.

**5.1.4.2.** O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente à mesma a substituição de seus funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

**5.1.4.3.** A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de

trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal ou substituto do contrato, e providenciar a substituição;

**5.1.4.4.** Nas faltas dos prestadores de serviço, conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05 /2017 e demais alterações, a CONTRATADA deve enviar substituto qualificado para prestação dos serviços, mantendo o posto sempre preenchido.

#### **5.1.5. DA SUBSTITUIÇÃO**

**5.1.5.1.** A empresa CONTRATADA é a responsável pelo controle da prestação de serviços e pela substituição imediata, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, caso algum funcionário falte.

**5.1.5.2.** No caso da substituição, o (a) substituto (a) deverá ser previamente apresentado(a) ao fiscal do contrato e deverá usar uniforme e crachá de identificação bem como estar munido do controle de frequência.

**5.1.5.3.** A ausência de prestação de serviço também se caracteriza como ocorrência, conforme Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

**5.1.5.4.** A contratada deverá substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação de serviços;

**5.1.5.5.** O funcionário que substituir outro terá direito a receber o seu salário e a diferença entre este e o salário do substituto, caso o salário seja maior, conforme Convenção Coletiva de Trabalho e Leis Trabalhistas, devendo tais comprovações serem apresentado no faturamento de ocorrência obrigatoriamente.

#### **5.1.6. DA APRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS**

**5.1.6.1.** Os funcionários deverão se apresentar com uniformes limpos, passados e portando o crachá de identificação e demais itens de uniformes e equipamentos para execução dos serviços.

**5.1.6.2.** A empresa deve orientar seus funcionários quanto ao uso de maquiagem e adereços (brincos, colares e anéis), estes são de uso facultativo de cada funcionário, e, se usados deverão ser discretos e condizentes com o ambiente de trabalho e com a função exercida.

**5.1.6.3.** Os calçados devem estar sempre limpos.

**5.1.6.4.** A empresa deve orientar seus funcionários quanto às vestimentas para entrada e saída no órgão, quando estes optarem por vestirem o uniforme no local de trabalho. Tais roupas devem ser condizentes com a moral administrativa, com o ambiente de trabalho e normas internas que disciplinam o assunto, sob pena de serem impedidos de adentrarem nos imóveis da Unidade.

**5.1.6.5.** Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos no mínimo 1 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados, a fim de verificar a utilização correta dos uniformes e equipamentos por parte dos funcionários, bem como devendo tomar as providências necessárias no caso de descumprimento, informando ao fiscal do contrato.

**5.1.6.6.** Quando do início da prestação dos serviços, ou no caso de apresentação de substitutos, a empresa deverá encaminhar os funcionários ao fiscal do contrato juntamente com os seguintes documentos:

- Carta de apresentação;
- Cópia do RG e CPF;
- Declaração Negativa de Relação Familiar/Impedimento; Cópia do Comprovante de Escolaridade exigido para o posto; Cópia de comprovante de exame admissional e/ou periódico;
- Cópia da Carteira de Trabalho (Folhas de identificação e de registro); Cópia de termo de recebimento de crachá, uniforme e equipamentos; Cópia do comprovante de depósito do vale transporte;
- Cópia do comprovante de depósito do vale alimentação ou termo de recebimento de cartão alimentação com créditos.
- Cópia do Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas e original para autenticação;
- Cópia do exame psicotécnico e de saúde física e mental e original para autenticação; Certidão Negativa de antecedentes criminais;
- Certidão de quitação eleitoral e militar (somente para vigilante homem).

#### **Local da prestação dos serviços**

**5.2.** São aqueles estabelecidos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência

#### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.3.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

INSUMOS			
Item	Especificação	Unidades	Quantidade anual
1	Munição não remanufaturada, calibre .38, blister com dez unidades	Unidade	230
2	Capa de Colete balístico, mínimo nível II-A	Unidade	45
3	Cinto de guarnição	Unidade	45
4	Coldre	Unidade	45

5	Porta cassetete	Unidade	45
6	Porta algemas	Unidade	45
7	Apito e cordão para apito	Unidade	45
8	Livro de Ocorrência, tamanho aproximado - A4	Unidade	9

EQUIPAMENTOS			
Item	Especificação	Unidades	Quantidade anual
1	Revólver, calibre 38	Unidade	12
2	Colete balístico, mínimo nível II-A (painel balístico)	Unidade	12
3	Rádio Comunicador HT	Unidade	12
4	Cassetete, tipo tonfa	Unidade	12
5	Par de algemas	Par	12
6	Lanterna tática, com fecho de luz no mínimo de 60m	Unidade	11

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### Uniformes

5.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.5.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORMES			
Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade anual
1	Boné em algodão, na mesma cor da calça, com emblema da empresa	Unidade	2
2	Calça comprida em RipStop, modelo tático/cargo, com 2 bolsos traseiros com lapela, 2 bolsos dianteiros e 2 bolsos laterais com lapela. Cor lisa escura; fechamento com botão e zíper; passador de cinto.	Unidade	4
3	Camisa em tons pastéis, tecido liso, de algodão tricoline ou cedrofil; com fechamento de botões, mangas curtas, 2 bolsos e com emblema da empresa	Unidade	4
4	Capa de Chuva Impermeável confeccionada em PVC, forrada em tecido sintético poliéster, com mangas raglan, capuz com cordão, fechamento frontal através de botões de pressão e acabamento através de solda eletrônica	Unidade	1
5	Cinto tático de nylon tipo militar, com fechamento em fivela metálica automática ou fivela em polímero com trava.	Unidade	1
6	Coturno em couro e nylon, parte superior resistente à abrasão, material respirável, absorção de impacto, leve, fechamento com cadarço	Par	1



7	Jaqueta de frio ou japonsa em tecido rip-stop, na mesma cor da calça, fechamento em zíper, com dois bolsos frontais e capuz fixo, forro interno em popeline, contendo emblema da empresa contratada	Unidade	1
8	Par de Meia com no mínimo 65% de algodão.	Par	6
9	Crachá, acompanhado por porta crachá e cordão, contendo o nome completo e a fotografia colorida do vigilante em tamanho 3x4.	Unidade	1

**5.5.2.** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

**5.5.3.** Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.6.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7.** O preposto deverá estar presente na Sede da Superintendência apenas quando solicitado, não necessitando a permanência em outros períodos.

**6.7.1.** O profissional a ser designado como preposto deverá ser indicado mediante declaração à Contratante, na qual constem os seguintes dados: nome completo, telefone, CPF e documento de identidade. Além destes, deverão também constar aqueles outros referentes à sua qualificação profissional, bem como demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual.

**6.8.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Vigilante Fiscal**

**6.9.** O vigilante Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, o funcionário que irá trabalhar no período de 44 horas semanais, em horário administrativo, na sede da SR/BA.

**6.9.1. O Vigilante Fiscal** é o profissional responsável pela liderança da equipe de vigilância, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- Intermediar a relação entre a empresa contratante e os colaboradores terceirizados, facilitando o fluxo de informações e demandas entre as partes para a adequada execução do serviço de vigilância patrimonial;
- Orientar os colaboradores quanto aos protocolos, procedimentos e regras a serem adotados no serviço;
- Garantir a perfeita apresentação pessoal dos profissionais da equipe de colaboradores (uniformes, postura, polidez, ativo na vigilância);
- Supervisionar a execução da escala de serviço, providenciando, no caso de substituição, ausências ou necessidades de apoio, informando aos responsáveis sobre a imediata necessidade de cobertura dos postos de vigilância;
- Acompanhar o perfeito funcionamento do sistema CFTV (câmeras), do pátio detector de metais (PDM) e demais equipamentos e sistemas vinculados ao serviço de vigilância patrimonial, informando imediatamente à equipe de plantão policial qualquer inoperância ou falha de funcionamento;
- Delegar funções aos demais colaboradores para facilitar a execução das atividades;
- Acompanhar e supervisionar os controles de segurança (livro de ocorrências, protocolos de segurança, controle de rondas), informando à equipe de plantão policial qualquer inconsistência na execução do serviço;

## **Rotinas de Fiscalização**

**6.10.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

**6.11.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.12.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.13.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.14.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**6.15.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**6.16.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.17.** A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO I deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**6.18.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.19.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**6.20.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**6.21.** A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**6.22.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**6.23.** É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

**6.24.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**6.25.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62).

**6.26.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

**6.27.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.28.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.29.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## **Fiscalização Administrativa**

**6.30.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.31.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



**6.32.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**6.33.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

**6.33.1.** No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

**6.33.1.1.** no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

**6.33.1.1.1.** relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**6.33.1.1.2.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

**6.33.1.1.3.** exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

**6.33.1.2.** entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

**6.33.1.2.1.** Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

**6.33.1.2.2.** certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

**6.33.1.2.3.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

**6.33.1.2.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**6.33.1.3.** entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

**6.33.1.3.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

**6.33.1.3.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

**6.33.1.3.3.** cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

**6.33.1.3.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

**6.33.1.3.5.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**6.33.1.4.** entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

**6.33.1.5.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

**6.33.1.6.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**6.33.1.7.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

**6.33.1.8.** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**6.33.2.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

**6.33.3.** A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**6.33.4.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**6.33.5.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**6.33.6.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**6.33.7.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

**6.33.8.** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**6.33.9.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**6.33.10.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**6.33.11.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

**6.33.12.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo

contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**6.33.13.** A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

**6.33.14.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**6.33.15.** Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**6.33.16.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**6.33.17.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

**6.33.18.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**6.33.19.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.33.20.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**6.33.21.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.33.22.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## **Gestor do Contrato**

**6.34.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.35.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.36.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.37.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.38.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.39.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.40.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.2.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.2.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.4.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ANEXO I deste Termo de Referência.

## **Do recebimento**

- 7.5.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.8.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.9.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo
- 7.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 7.10.1** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.10.2** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.11.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.13.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.14.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.17.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.17.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.17.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.17.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.17.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 7.21.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.22.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os

elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.23.1. o prazo de validade;
- 7.23.2. a data da emissão;
- 7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5. o valor a pagar; e
- 7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do

contratado.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

**7.43.** Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.44.** Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

**7.45.** O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**7.46.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

**7.47.** O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017

**7.49.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

**7.49.1** 13º (décimo terceiro) salário;

**7.49.2** Férias e um terço constitucional de férias;

**7.49.3** Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

**7.49.4** Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**7.49.5** Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**7.50.** O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

**7.51.** Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da contadepósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

**7.52.** O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**7.53.** Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**7.54.** A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

**7.55.** O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**7.56.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

#### **8. Critérios de seleção do fornecedor**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

##### **Regime de Execução**

**8.2.** O regime de execução do contrato será **Empreitada por preço global**

##### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11. Ato de autorização** para o exercício da atividade de **vigilância**, expedido pela Polícia Federal nos termos do art. **4º da Lei nº 14.967/2024**.

**8.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

**8.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.18.** Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.19.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.20.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.21.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.22.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.23.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**8.23.1.** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.23.2.** capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

**8.23.3.** patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

**8.23.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.23.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**8.24.** Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

**8.24.1.** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

**8.24.2.** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

**8.25.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).



**8.26.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.27.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.27.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

**8.28.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.29.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.29.1.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **03 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

**8.29.2.** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

**8.29.3.** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

**8.30.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

**8.31.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.32.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**8.33.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**8.34.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**8.35.** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor: (R\$) 17.747.579,83.**

**9.1.** O custo total da contratação é de **R\$ 17.747.579,83 (dezesete milhões setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha de custos e formação de preços Anexo III do Edital.

**9.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

#### **10. Adequação orçamentária**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 200346/00001;

II. Fonte de Recursos: 1.000000000;

III. Programa de Trabalho: 172371;

IV. Elemento de Despesa: 339037.03;

V. Plano Interno: PF99900AG25;

**10.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCUS VINICIUS DE ANDRADE CUNHA**

Agente de Polícia Federal

**LUCAS OLIVEIRA LESSA DE ASSIS**

Agente de Polícia Federal

**APÊNDICE DO TR**

**Estudo Técnico Preliminar 01/2025**

**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08258.000090/2023-23

**2. Descrição da necessidade**

A contratação dos serviços continuados de vigilância patrimonial armada faz-se necessária para proteção e preservação dos ativos da Polícia Federal na Bahia, sobretudo, na realização do controle de acesso de pessoas e veículos, na prevenção de furtos e roubos, diminuindo e mitigando riscos à integridade física de seus servidores e da estrutura física das unidades.

A contratação visa também a manutenção de um ambiente de trabalho adequado ao cumprimento das atividades administrativas e policiais, a segurança e o bem-estar do público interno e externo, a salvaguarda do patrimônio público em geral, e o controle de acesso de pessoas, objetos e veículos que transitam nos locais protegidos.

A necessidade da contratação decorre da inexistência de pessoal técnico para sua execução, uma vez que, os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão, nem possuem atribuições pertinentes a estes, não atuando nas atividades típicas da Polícia Federal. Assim sendo, a contratação de empresa especializada evidencia-se em vantajosidade para a Administração Pública, como também uma melhor e mais eficaz qualidade dos serviços, redundando ainda em economia e rapidez na sua execução. Tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU 08/05/98, que trata da extinção de cargos na Administração Federal, a possibilidade de contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta.

Do mesmo modo, temos que a atividade pretendida não constitui terceirização irregular conforme disposições do Decreto 9.507/2018, Portaria nº 443 /2018-MPDG e Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG, também não incorre nas vedações à terceirização previstas nos citados normativos, bem como a atividade em questão não consta dentre o rol de atribuições de nenhuma categoria funcional do órgão licitante, como se entende do texto do normativo abaixo citado:

*Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (...) XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;*

Ainda, salvo melhor juízo, as atribuições de vigilante não envolvem os serviços elencados nos incisos do Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, estando de uma melhor forma amoldadas ao § 1º do mesmo artigo in verbis:

*“§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado”.*

Atualmente, a unidade principal da Polícia Federal na Bahia está instalada numa edificação de 04 pavimentos com área total aproximada de 5500m2, em um terreno de aproximadamente 14000m2. Tratando-se de um órgão de segurança pública com atuação ininterrupta, a salvaguarda de ativos como materiais bélicos; informações, dados e equipamentos sensíveis; materiais apreendidos; requerem o reforço da equipe de vigilância patrimonial em apoio ao serviço de plantão.

Os serviços de vigilância armada devem ser prestados de forma contínua e ininterrupta, todos os dias da semana (inclusive domingos e feriados), sob pena de aumento da vulnerabilidade e exposição dos ativos desta Superintendência Regional e unidades descentralizadas. Por isso, o objeto da presente contratação envolve postos de trabalho em regime de escalas de 12hx36h, nos períodos diurnos e noturnos.

O planejamento desta contratação tem por objetivo resguardar a Administração Pública de solução de continuidade dos serviços de vigilância patrimonial após o encerramento do Contrato n.º 001/2020, o qual não será renovado.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SIP/SR/PF/BA	DPF Tiago Souza Santos

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem os seguintes itens:

- Serviço continuado de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra, nas unidades da Polícia Federal no estado da Bahia;
- Categoria profissional que será empregada no serviço está enquadrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5173-30 - Vigilante, conforme tabela abaixo (disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>);

Descrição	5173:: Vigilantes e guardas de segurança
<b>Título</b>	5173-30 - Vigilante Agente de segurança ferroviária, Assistente de segurança, Auxiliar de segurança, Auxiliar de serviço de segurança, Encarregado de portaria e segurança, Encarregado de segurança, Encarregado de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de segurança, Fiscal de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de vigilância bancária, Guarda de banco - organizações particulares de segurança, Guarda de segurança, Guarda de segurança - empresa particular de segurança, Guarda de vigilância, Guarda ferroviário, Guarda valores, Guarda vigia, Guarda-civil, Guarda-costas, Inspetor de vigilância, Ronda - organizações particulares de segurança, Rondante - organizações particulares de segurança, Vigilante bancário
<b>Descrição Sumária</b>	Vigiam, de forma ativa, dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades. Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos; escoltam pessoas e mercadorias; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.
<b>Condições gerais de exercício</b>	São, em geral, assalariados, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança e de transporte terrestre, aéreo ou aquaviário. Podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos ou escala. Trabalham em grandes alturas, confinados ou em locais subterrâneos. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas.
<b>Formação e experiência</b>	O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

- Atendimento por parte da contratada e de seus empregados, no que couber, da Portaria nº 18.045/2023-DG/PF que disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros;
- Enquadramento dos serviços de vigilância armada nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividade acessória e complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
- Duração inicial do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (sessenta) meses, com base no artigo 107, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, onde serão provisionados, ao longo da execução contratual, os valores para o pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores da contratada pela Administração, os quais serão liberados quando da sua ocorrência;
- Utilização a Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, visto ser o instituto adotado pela Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia para proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, que contribui para assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato;
- Não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 6ª edição, 2023, para os serviços de vigilância armada;
- Adoção por parte da contratada, no que couber, dos critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, visando a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, CF/1988);
- Observância por parte da contratada das normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

## 5. Normativos Aplicáveis

Listagem dos Normativos aplicáveis, em ordem cronológica:

- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017
- Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Executiva nº 804, de 13 de novembro de 2018;
- Portaria nº 18.045/2023-DG/PF;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.
- Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021;
- Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020;
- Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021;
- Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

## 6. Levantamento de Mercado

A contratação do serviço de vigilância ostensiva armada é tipo de solução de segurança mais difundido, no âmbito da Administração Pública Federal, sendo orientada e normatizada por meio da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e Cadernos Técnicos específico de vigilância, onde constam detalhados os requisitos e os custos envolvidos nesses serviços, inclusive por Estado da Federação, com determinação de valores mínimos e máximos admitidos nas contratações, cuja observância por parte dos Órgãos da Administração Pública Federal é obrigatória, e portanto não havendo nenhum óbice ou dificuldade para a contratação ora pleiteada.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação do serviço de vigilância patrimonial, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante a que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo - benefício, em face dos serviços serem consagrados comuns

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, diurno e noturno, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniforme e equipamentos, a serem executados nas unidades da Polícia Federal no estado da Bahia, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 120 (cento e vinte) meses.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de vigilância armada é amplo, apesar da exigência de formação inicial e capacitação continuada exigida em Lei. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação dos serviços de vigilância patrimonial, para as quais o mercado está preparado.

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida é a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação de mão de obra exclusiva, a serem executados nos imóveis onde estão localizadas a sede da Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia - SR/PF/Ba e demais unidades descentralizadas.

Os serviços a serem contratados são de natureza contínua em conformidade com entendimento constante no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União: "Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc." Além da perenidade dos serviços, caracterizam-se pela essencialidade e necessidade de extensão maior do que um exercício financeiro.

Importante ressaltar a necessidade de agrupamento dos itens de vigilância noturna e diurna em um único lote, posto que não é vantajoso para a Administração a contratação de duas empresas distintas para a mesma localidade.

Serão adotados como escalas de trabalho o regime de 44h semanais, de segunda a sexta (posto administrativo), e de 12hx36h, com previsão de postos de serviço para o período diurno e noturno, conforme a descrição das estimativas das quantidades a serem contratados.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A empresa contratada deverá executar o serviço de vigilância patrimonial armada, de forma continuada e ininterrupta, em todas as unidades da Polícia Federal no estado da Bahia, na forma e quantitativos discriminados na tabela abaixo.

Local de execução	Endereço	Turno	Quantidade de postos	Nº de vigilantes
		Diurno 12hX36	3	6

Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia – Salvador	Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001	Noturno 12h/36	3	6
		<b>Vigilante Fiscal Diurno 44H</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Delegacia de Controle de Armas e Químicos, e Segurança Privada, e Delegacia de Polícia de Imigração – Corredor da Vitória	Av. Sete de Setembro, 2365 - Vitória, Salvador -BA, 40080-001	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Shopping Paralela	Av. Luís Viana Filho, 8544 - Alphaville, Salvador - BA, 41730-101	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Delegacia de Polícia Federal em Porto Seguro – DPF/PSO/BA	Estrada do Aeroporto, 917 Porto Seguro, BA,45810-000	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
FEIRA DE SANTANA	Avenida Maria Quitéria, 162 - Serraria Brasil, Feira de Santana - BA	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Delegacia Regional de Polícia Federal em Juazeiro – DPF/JZO/BA	Rua Amazonas, 99 - Santo Antônio, Juazeiro-BA, 48903-240	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Delegacia Regional de Polícia Federal em Vitória da Conquista DPF/VDC/BA	Avenida Guimarães Viana dos Santos, 426 Loteamento Caminho da Universidade - Candeias, Vitória da Conquista - BA, 45029-901	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus – DPF/ILS/BA	Av. Gov. Roberto Santos, nº 11 - Fundão, Ilhéus - BA, 45658-635	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
Delegacia de Polícia Federal em Barreiras – DPF/BRA/BA	Avenida Aylon Macedo, nº 2227, bairro Morada Nobre, Barreiras /BA	Diurno 12hX36	1	2
		Noturno 12h/36	1	2
			<b>23</b>	<b>45</b>

A empresa contratada deverá promover a **função do vigilante líder**, o qual será responsável por coordenar, orientar e supervisionar o trabalho dos vigilantes sob sua responsabilidade, garantindo o cumprimento das normas, procedimentos e diretrizes estabelecidos.

O valor de R\$ 104,88 (cento e quatro reais e oitenta e oito centavos) para contratação de jovem aprendiz (de 14 a 24 anos) mencionado na cláusula 38º da CCT/SINDVIGILANTES/BA não será adotado nesta licitação realizada pela Polícia Federal.

**A justificativa pela não inclusão do custo “reserva de cargo de jovem aprendiz” levou em consideração os seguintes:**

1. A Polícia Federal na Bahia planeja contratar serviços de **vigilância armada diurno e NOTURNO**. (Edital PE 90003/2025).
2. O serviço de **vigilante somente pode ser exercido por maior de 21 anos**. (art. 28, Inciso II, Lei 14.967/2024)
3. O **contrato de aprendizagem** abrange o **maior de 14 (quatorze) e menor de 24** (vinte e quatro) anos. (art. 248, CLT)
4. O prazo de duração inicial do **contrato a ser licitado é de 5 anos**, podendo chegar a 10 anos (Edital PE 90003/2025).
5. O prazo de duração do **contrato de aprendizagem não pode ser superior a 2 anos**. (§ 3º, art. 248, CLT)
6. O contrato de aprendizagem **será extinto quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos**. (art. 433, CLT)
7. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços: rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas. (**Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário**)
8. A CCT exclui dos contratos de aprendizagem os seguintes direitos trabalhistas:

Cláusula oitava - **Prêmio de boa permanência**. Parágrafo décimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula décima oitava - **Cesta básica**. Parágrafo décimo primeiro – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula décima nona - **Cesta básica** para os demais contratos. Parágrafo oitavo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS**



#### CONTRATOS DE APRENDIZAGEM

Cláusula vigésima segunda – **Auxílio alimentação**. Parágrafo sétimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula septuagésima quarta - **Convênio para assistência odontológica e médica**. Parágrafo sétimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**.

A Administração deve garantir segurança jurídica da licitação e da gestão do futuro contrato. Diante dessa premissa deve ser levantados os custos da mão-de-obra com razoável segurança para que os direitos trabalhistas sejam custodiados. Também se faz necessário excluir da disputa situações em que não esteja claro a contrapartida das partes, com vista a mitigação do enriquecimento sem causa. A CCT estipula R\$ 84,00 por cada vigilante com a rubrica de “**reserva de cargo de jovem aprendiz**”, sem maior detalhamento. A Administração repassará esse valor para a contratada e recebe o que de contrapartida?

Na planilha de formação custos da Polícia Federal na Bahia a rubrica **reserva de cargo de jovem aprendiz** foi excluída por não se aplicar ao caso concreto, aumentar os custos de gestão contratual e gerar insegurança jurídica.

Na medida em que a CCT retira **dos contratos de aprendizagem** os direitos que ela mesma prescreve para os demais contratados, **seria necessário que a Administração elaborasse 2 planilhas**, uma com a definição de quantos seriam os vigilantes “**normais**” que receberiam a integralidade dos direitos previstos na CCT e outra planilha já definindo o quantitativo dos **jovens aprendizes**, sem os seguintes direitos:

Cláusula oitava - **Prêmio de boa permanência**. Parágrafo décimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula décima oitava - **Cesta básica**. Parágrafo décimo primeiro – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula décima nona - **Cesta básica** para os demais contratos. Parágrafo oitavo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula vigésima segunda – **Auxílio alimentação**. Parágrafo sétimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**

Cláusula septuagésima quarta - **Convênio para assistência odontológica e médica**. Parágrafo sétimo – **A PRESENTE CLÁUSULA NÃO SE APLICA AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM**.

Caso a SR/PF/BA adote o jovem aprendiz em seu contrato, o custo de gestão aumentaria em demasiado, uma vez que a cada 2 anos haveria um rodízio de vigilantes. Para um contrato com vigência inicial de 5 anos com possibilidade de chegar a 10 anos, é desarrazoado a adoção de jovem aprendiz (com no mínimo 21 e no máximo 24 anos) na Polícia Federal. Além de fragilizar a segurança orgânica, a Administração teria de acompanhar os processos rescisórios dos vigilantes desligados e a contratação dos novos vigilantes, com novas investigações sociais. Ciclo esse que se repetiria a cada 2 anos.

A empresa contratada deverá fornecer **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo anual de cada item no início da execução do contrato. Item com uma única unidade anual também deve ser entregue no início de cada ano de contrato. Enquanto durar o contrato, a cada 6 meses deverá ser entregue 50% do quantitativo de cada item de uniforme. Poderá ser exigido a troca antes desse período, quando houver qualquer peça extraviada, danificada ou que deixe de atender as condições mínimas de apresentação. **É vedado o uso de uniformes nas cores padrão Polícia Federal (preto e dourado)**, a fim de que o funcionário não seja confundido com um policial.

As peças de uniforme e suas respectivas quantidades anuais por empregado estão discriminadas abaixo:

UNIFORMES			
Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade anual
1	Boné em algodão, na mesma cor da calça, com emblema da empresa	Unidade	2
2	Calça comprida em RipStop, modelo tático/cargo, com 2 bolsos traseiros com lapela, 2 bolsos dianteiros e 2 bolsos laterais com lapela. Cor lisa escura; fechamento com botão e zíper; passador de cinto.	Unidade	4
3	Camisa em tons pastéis, tecido liso, de algodão tricoline ou cedrofil; com fechamento de botões, mangas curtas, 2 bolsos e com emblema da empresa	Unidade	4



4	Capa de Chuva <b>Impermeável confeccionada em PVC</b> , forrada em tecido sintético poliéster, com mangas raglan, capuz com cordão, fechamento frontal através de botões de pressão e acabamento através de solda eletrônica	Unidade	1
5	Cinto tático de nylon tipo militar, com fechamento em fivela metálica automática ou fivela em polímero com trava.	Unidade	1
6	Coturno em couro e nylon, parte superior resistente à abrasão, material respirável, absorção de impacto, leve, fechamento com cadarço	Par	1
7	Jaqueta de frio ou japona em tecido rip-stop, na mesma cor da calça, fechamento em zíper, com dois bolsos frontais e capuz fixo, forro interno em popeline, contendo emblema da empresa contratada	Unidade	1
8	Par de Meia com no mínimo 65% de algodão.	Par	6
9	Crachá, acompanhado por porta crachá e cordão, contendo o nome completo e a fotografia colorida do vigilante em tamanho 3x4.	Unidade	1

Os materiais e equipamentos, com suas respectivas quantidades, serão distribuídos da seguinte forma:

MATERIAIS			
Item	Especificação	Unidades	Quantidade anual
1	Munição não remanufaturada, calibre .38, blister com dez unidades	Unidade	230
2	Capa de Colete balístico, mínimo nível II-A	Unidade	45
3	Cinto de guarnição	Unidade	45
4	Coldre	Unidade	45
5	Porta cassetete	Unidade	45
6	Porta algemas	Unidade	45
7	Apito e cordão para apito	Unidade	45
8	Livro de Ocorrência, tamanho aproximado - A4	Unidade	9

EQUIPAMENTOS			
Item	Especificação	Unidades	Quantidade anual
1	Revólver, calibre 38	Unidade	12
2	Colete balístico, mínimo nível II-A (painel balístico)	Unidade	12
3	Rádio Comunicador	Unidade	12
4	Cassetete, tipo tonfa	Unidade	12
5	Par de algemas	Par	12
6	Lanterna tática, com fecho de luz no mínimo de 60m	Unidade	11

Os materiais e equipamentos deverão ser substituídos em caso de dano, extravio, perda da validade ou outro motivo que enseje a necessidade de sua substituição.

#### 9. Estimativa do Valor Anual da Contratação

**Valor (R\$): 3.549.515,97**

A Instrução Normativa (IN) 65/2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia diz em seu artigo 9º que **na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado** relativo às contratações de prestação de **serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva**, **aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5**, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto

nesta Instrução Normativa.

A orientação de se adotar a IN 05/2017 para a pesquisa de preços e, apenas subsidiariamente a IN 65/2021 se justifica porque retirando o Módulo 5, de insumos, e Custos Indiretos e Lucro, os demais módulos são praticamente preenchimento de campos com informações e percentuais obrigatórios definidos em Lei ou em Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) ou Acordos Coletivos de Trabalho (ACTS), que também tem força de Lei, exceto se os direitos e obrigações estabelecidos sejam para todos, e não apenas para contratos com a Administração Pública. (CLT 611-A; Art. 135, § 2º, Lei 14.133/21).

Para que houvesse comparabilidade de preços, seria preciso que houvesse licitações recentes com o mesmo objeto, na mesma localidade, submetida à mesma CCT, com a mesma carga horária e turnos. Também, ainda haveria as variáveis que precisariam ser coincidentes como: **vigilante armado, não motorizado com permissão ou negativa de atuação no contrato de jovem aprendiz**. As licitações recentes para postos de vigilância no Estado da Bahia foram:

LICITAÇÃO			
PREGÃO	UASG	DIURNO	NOTURNO
90002/2024	154580		R\$ 6.235,00*
90002/2024	155885	R\$ 5.375,16	R\$ 5.501,41
90002/2024	158634		R\$ 7.145,83*
90005/2024	158092		R\$ 6.220,82
90008/2024	154617		R\$ 5.956,85
90227/2024	393027	R\$ 6.745,04	R\$ 7.410,55
<b>MÉDIA</b>		<b>R\$ 6.060,10</b>	<b>R\$ 6.411,74</b>

\* com presença de Jovem Aprendiz

VALOR ESTIMADO SR/PF/BA	
DIURNO	R\$ 6.139,71
NOTURNO	R\$ 7.101,14
MÉDIA	<b>R\$ 6.620,43</b>

Como se observa, foram localizadas apenas 2 licitações contendo posto armado diurno, com o preço médio de R\$ 6.060,10, **quando o preço médio de posto semelhante na presente licitação foi estimado em R\$ 6.139,71, superior apenas 1,31%, demonstrando-se bastante razoável**. Já nos postos noturnos foram localizadas 6 licitações recentes cujo preço médio foi de R\$ 6.411,74 enquanto o preço da Administração estimado para esse posto é R\$ 7.101,14 ou **10,75% a maior**. Considerando que os valores da presente da licitação foram estimados já com a CCT DE 2025 e ainda será diminuído na disputa, consideramos os valores estimados da licitação extremamente razoáveis.

A formação do preço adotado pela Administração é demonstrado e explicado na tabela abaixo:

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
Vigilantes (CBO 5173-30) - SR/PF/BA - Salvador/BA

Nº PROCESSO: 08258.000090/2023-23
LICITAÇÃO Nº: ____/2025
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2025 às horas (Horário de Brasília/DF)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	____/____/2025
B	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SINDVIGILANTES/BA
C	Nº de meses de execução contratual	60
D	Data base da categoria	01.01.2025

Identificação dos Serviços		
1	Tipo de Serviço	POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA NOTURNO 12X36 HORAS
2	Unidade de medida	POSTO
3	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	2
4	Cargo/Categoria Profissional	VIGILANTE
5	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
6	Salário Normativo da Categoria Profissional (CLÁUSULA 3ª CCT2025 SINDVIGILANTES)	R\$ 1.568,03*

\* Salário de 2025, conforme Termo Aditivo à CCT/SINDVIGILANTES/BA

Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	Percentual	Valor (R\$)
A	Salário-Base (CLÁUSULA 3ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA)		R\$ 1.568,03
B	Adicional de Periculosidade (CLÁUSULA 4ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) 30%	30%	R\$ 470,41
C	Adicional Noturno (SB + Periculosidade) / 220h x 35% valor hora noturna x 7h (22h às 5h) x 15 dias	35%	R\$ 340,51
D	Adicional de Hora Reduzida (CLÁUSULA 4ª e 11ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) R\$ 9,27 X 15,22		R\$ 141,09
Total			R\$ 2.520,04

**Linha A:** Salário-Base definido na CCT.  
**Linha B:** Adicional de Periculosidade de 30% sobre o Salário-Base.  
**Linha C:** Pega-se o Salário Base + o Adicional de Periculosidade e divide por 220, que é o número de horas trabalhadas ao mês, chega-se ao valor da hora trabalhada. (R\$ 1.568,03 + R\$ 470,41)/220 = R\$9,27. O Adicional Noturno será de 35% sobre o valor da hora trabalhada normal, que é R\$ 9,27 \* 35% = R\$ 3,24. São 7 horas por turno com a incidência do Adicional Noturno. Então, multiplicando 7 horas x 15 dias trabalhado chega-se ao total de 105 horas ao mês. Multiplica 105 x 3,24 e **chega-se ao valor de R\$ 340,51 de Adicional Noturno.**  
**Linha D:** Adicional de Hora Noturna Reduzida: R\$ 9,27 está definido na CCT. **Considerando a duração de 5 anos do contrato haverá 1 ano bissexto e 4 anos normais. Assim, consideramos a média 15,22 dias trabalhados ao mês. De modo que R\$ 9,27\*15,22 dias = R\$ 141,09.**

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)	
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 209,92
B	Férias	8,33%	R\$ 209,92
C	Adicional de Férias (CLÁUSULA 20ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) 51%	4,25%	R\$ 107,10
Total		20,91%	R\$ 526,94

**Linha A:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina. **1 remuneração dividida por 12 tem-se o percentual mensal a ser provisionado de 8,33%.**  
**Linha B:** Após 12 meses trabalhados, o empregado adquire o direito a 1 mês de férias. Como o posto não ficará vago, há a necessidade de um vigilante substituto para o mês. Assim, também se provisiona mensalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à remuneração do empregado substituto. **1 remuneração dividida por 12 tem-se o percentual mensal a ser provisionado de 8,33%.**  
**Linha C:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 que originalmente corresponderia a 1/3 (um terço) da remuneração, pela CCT SINDVIGILANTES/BA/2025 o adicional de férias é de 51% da remuneração. **Dividindo 51 por 12 meses, tem-se o percentual de 4,25% a ser provisionado.**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1)							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS					20,00%	R\$ 609,40
B	Salário Educação					2,50%	R\$ 76,17
C	RAT x FAP <small>Cálculo do valor: % do SAT x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)</small>	RAT =	3%	FAP =	1,0000	3,00%	R\$ 91,41
D	SESC ou SESI					1,50%	R\$ 45,70
E	SENAC ou SENAI					1,00%	R\$ 30,47
F	SEBRAE					0,60%	R\$ 18,28
G	INCRA					0,20%	R\$ 6,09
						28,80%	R\$ 877,53
H	FGTS					8,00%	R\$ 243,76
Total						36,80%	R\$ 1.121,29

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.  
**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave. **O licitante deve comprovar o SAT usado.**  
**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTxmédia dias úteis ano) – (6%xSB)] (CLÁUSULA 23ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA)		73,92
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:	R\$ 5,60	
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2,00	
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	15	

	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base	6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = (dias úteis ano x VA)		R\$ 259,20
	B.1) Valor do auxílio-alimentação - (CLÁUSULA 22ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) R\$ 16,59	R\$ 17,28	
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	15	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação (desconto de 15%)	15%	38,88
C	Assistência odontológica e médica (CLÁUSULA 74ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA)		280,47
	C.1) Participação do empregado em percentual sobre o valor da Assistência Odontológica e Médica (CLÁUSULA 74ª CCT-2025 § 4) 1/3 ou (33,33%)	33,33%	93,48
D	Prêmio Trabalho Noturno (CLÁUSULA 10ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA)		55,06
E	Prêmio Feriado dia dos vigilantes (CLÁUSULA 21ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA)	R\$ 166,80	13,90
F	Prêmio de Boa Permanência Nível III (CLÁUSULA 8ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) 25% a após 3 meses	25%	392,01
	<b>Total</b>		<b>942,20</b>

**Linha A:** O valor do vale transporte informado deverá ser o custo real do insumo, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado, que é 6% do Salário-Base (R\$ 94,08). Assim, multiplica o valor de 2 vales-transportes (ida e vinda) pelo número de dias trabalhado (15).  $R\$ 5,60 \times 2 \times 15 = R\$ 168,00$ . Deste valor (R\$ 168,00) desconta R\$ 94,08 (pago pelo empregado), resultando no valor de **R\$ 73,92** que efetivamente será custeado pela empresa.

**Linha B:** O valor do Auxílio Alimentação definido na CCT é de R\$ 16,59, que deve ser multiplicado pelos dias efetivamente trabalhados no mês.  $R\$ 16,59 \times 15 = R\$ 248,85$ . Deste valor (R\$ 248,85) desconta 15% (pago pelo empregado), resultando no valor de **R\$ 211,52** que efetivamente será o valor custeado pela empresa como Auxílio Alimentação.

**Linha C:** O valor mensal da Assistência Médica definido na CCT é de R\$ 280,47. Deste valor (R\$ 280,47) desconta 1/3 ou 33,33% (R\$ 93,48) que será arcado pelo empregado. A sobra ( **R\$ 186,99**) será o valor custeado pela empresa como Assistência Médica.

**Linha D:** O valor do **Prêmio do Trabalho Noturno** é de **R\$ 55,06**, e será pago somente aos vigilantes noturnos, conforme a CCT.

**Linha E:** O valor do **Prêmio do Dia do Vigilante** é de **R\$ 156,48**, conforme a CCT. Como é um valor a ser pago uma vez ao ano, provisiona 1/12 (um doze avos) desse valor ao mês ( $R\$ 156,48 / 12 = R\$ 13,04$ ) para que no período de 12 meses se tenha reservado o valor inteiro a ser pago ao vigilante.

**Linha F:** O valor do Prêmio de Boa Permanência (nível III) é de **25% de um Salário-Base**, que será pago ao vigilante após completar 3 meses sem falta injustificada, conforme a CCT. Ao final de 12 meses de contrato sem ocorrência, o vigilante terá recebido 2,25 salário base.

MÊS	PRÊMIO
1º	0%
2º	0%
3º	0%
4º	25%
5º	25%
6º	25%
7º	25%
8º	25%
9º	25%
10º	25%
11º	25%
12º	25%
	<b>2,25 PISO</b>

#### Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	R\$ 526,94
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.121,29
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 942,20
	<b>Total</b>	<b>R\$ 2.590,42</b>

Apenas um quadro-resumo.

#### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	% sobre REM	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado API. % API $(1/12 \times 0,05 \times 100\%) = 0,42\%$	0,42%	R\$ 10,50
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado. % FGTS sobre API. $8\% \times 0,42\% \approx 0,03\%$	0,03%	R\$ 0,85
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado. $= (((1 + 2/12 + (1/3 \times 1/12)) \times (0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times 100\%))) = 3,44\%$	3,44%	R\$ 86,69

D	<b>Aviso Prévio trabalhado</b> $APT = (07/30)/12 \times 100 = 1,94\%$ . <b>NO SEGUNDO ANO o saldo percentual será de 0,194% <math>(1,94/30 \times 3)</math> apenas referente aos 3 dias que serão acrescentados. Acórdão 1186/2017 - Plenário</b>	1,94%	R\$ 49,00
E	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b> $(36,80\% \times 1,94\%) = 0,71\%$	0,71%	R\$ 17,99
F	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e sobre o Aviso Prévio Indenizado.</b> $(0,08 \times 0,0194 \times 0,4 \times 100\%) = 0,062\%$	0,062%	R\$ 1,56
<b>TOTAL</b>		<b>6,61%</b>	<b>R\$ 166,59</b>

**Linha A:** De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador

**Linha B:** % FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado

API = custo mensal do aviso prévio indenizado, cotado na planilha (item "A" do Módulo 3)

0,08 = 8% (alíquota do FGTS)

**Linha C:** % Multa e CS sobre FGTS = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado

1 = Remuneração mensal

2/12 = Estimativa de 13º e férias sobre a remuneração

$(1/3 \times 1/12)$  = Estimativa de 1/3 de férias

0,08 = Alíquota do FGTS

0,4 = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

0,9 = 90% dos funcionários remanescentes

**Linha D:** % APT = Índice a ser aplicado sobre o total do Módulo 1 para estimativa mensal do custo com aviso prévio trabalhado

$(7/30)$  = proporção de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar durante o mês

12 = número de meses no ano

PERC = percentual arbitrado de empregados que poderão ser demitidos sem a concessão de aviso prévio.

**Linha E:** Multiplicação simples entre o percentual total do submódulo 2.2 pelo percentual do APT.  $(36,80\% \times 1,94\%) = 0,71\%$

**Linha F:** % Multa e CS sobre FGTS = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social

sobre o Aviso Prévio Trabalhado

1 = Remuneração mensal

APT = Aviso Prévio Trabalhado disposto no item "D" do Módulo 3

0,08 = Alíquota do FGTS

0,4 = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>% sobre REM</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>Substituto durante ausência por doença.</b> $(5/30/12) \times 100\% = 1,39\%$	1,39%	R\$ 35,00
<b>B</b>	<b>Substituto na cobertura de Licença-Paternidade</b> $(5/30/12) \times 0,015 \times 100\% = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,53
<b>C</b>	<b>Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho.</b> $(1/12) \times 0,0178 \times 100\% / 2 = 0,07\%$	0,07%	R\$ 1,87
<b>D</b>	<b>Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade. % Custo Estimado (CEST) = <math>11,11\% \times 5,28\% \times 50\% = 0,29\%</math></b>	0,29%	R\$ 7,39
<b>E</b>	<b>Substituto na cobertura de Ausência Legais.</b> $(1/30/12) \times 100\% = 0,28\%$	0,28%	R\$ 7,00
<b>TOTAL</b>		<b>2,05%</b>	<b>R\$ 51,79</b>

**Linha A:**

Considerando uma estimativa de 5 dias de licença por ano,

a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre

a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

$\% \text{ Ausência por Doença} = (5 + 30 + 12) \times 100 \therefore \% \text{ Ausência por Doença} \approx 1,39\%$

**Linha B:**

Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano (IBGE),

a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular

pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

$\% LP = (5 + 30 + 12) \times 0,015 \times 100 \therefore \% LP \approx 0,02\%$

**Linha C:**

Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 16 dias,

em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente.

O benefício é o mesmo auxílio devido em caso de doença. Até o 15 dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa. Do 16º dia em diante, o trabalhador recebe o benefício previdenciário.

Na ocorrência do sinistro, o contratado terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço afastado. Essa despesa é calculada por estimativa.

Preveem-se quantos dias, no período de um ano, esse evento poderá ocorrer, calcula-se o valor correspondente, com base na remuneração do empregado.

O contratado, em sua proposta, é quem dará a informação que retrata a sua realidade, que deverá ser observada durante toda a execução do contrato.

Considerando uma estimativa de 1,78% dos empregados usufruindo 30 (trinta) dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo abaixo:

$\% LP = (1 + 12) \times 0,0178 \times 100 \therefore \% LP \approx 0,15\%$ . O resultado é para 30 dias de afastamento. Só que a empresa arca somente com os primeiros 15 dias. Então, divide-se o resultado (0,1477) por 2. Ou seja:  $\approx 0,07\%$ .

Onde:  
 $\%LP$ = Índice que demonstra o custo estimado com a substituição na cobertura de ausências por acidente de trabalho. Esse índice deverá ser aplicado sobre a remuneração mensal (Módulo 1).

$(1 + 12)$  = Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano.

0,0178=Estimativa de empregados usufruindo a licença.

**Linha D:**

A licença maternidade consiste em um direito constitucional garantido à mulher, especialmente à gestante. Durante a licença, o salário maternidade e a parcela do décimo terceiro salário correspondente ao período da licença é custeado pelo INSS (Art. 86 da IN RFB 971/2009). Cabe à empresa a provisão relativa a férias (1/12) e adicional de férias (1/3 x 1/12) e as contribuições previdenciárias sobre o período de licença conforme entendimento do próprio STJ. A remuneração do substituto, acrescida de todos os encargos, é justamente a remuneração da trabalhadora substituída no período (vide Módulo 1 e Submódulo 2.2).

Portanto o custo do efetivo (CEF) é apurado a partir da fórmula abaixo a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular (Módulo 1):

**$=(1/12+(1/3*1/12))*100 = 11,11\%$**

Onde:  
 $\% CEF$ = Índice que demonstra o custo efetivo de afastamento maternidade  
1/12 = provisão de férias  
 $(1/3 * 1/12)$  = provisão mensal de 1/3 de férias

De posse do custo efetivo, deve-se estimar o custo a ser aportado mensalmente na Planilha Analítica. Isso é realizado com a seguinte fórmula:

$\% CEST = \% CEF \times N^{\circ} \text{ de Ocorrências} \times \text{Rateio do Custo durante um ano}$

Onde:  
 $\% CEST$ = Índice que demonstra o CUSTO ESTIMADO de afastamento maternidade a ser aportado na Planilha Analítica.  
Esse índice deverá ser aplicado sobre a remuneração mensal (Módulo 1).  
 $\% CEF$ = Índice que demonstra o CUSTO EFETIVO de afastamento maternidade  
 $N^{\circ} \text{ de Ocorrências}$ = Número estimado de ocorrências

Número Estimado de Ocorrências: Conforme Anuário Estatístico da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho, as mulheres representaram cerca de 24% do total de empregos no Distrito Federal em 2018 (477.974 do total de 1.193.098). Já o Anuário Estatístico da Previdência Social dispõe que foi concedida a quantidade de 105.457 salários-maternidade no âmbito do Distrito Federal em 2018. Essa quantidade representa cerca de 22% do total de mulheres empregadas no Distrito Federal no mesmo período. Portanto, a estimativa de uma determinada empregada usufruir 6 (seis) meses de licença a cada ano de execução contratual é de

**$0,24 \times 0,22 \times 100 \approx 5,28\% \text{ de empregadas afastadas}$**

Rateio do Custo durante Vigência Contratual: Divisão proporcional do custo de 6 (seis) meses de licença por ano (base do nº de ocorrências):

$(6 \text{ meses de licença}) \div (12 \text{ meses}) \times 100 = 50\%$

Com base nos dados acima, o custo estimado com licença maternidade (CEST) será assim obtido:

**$\% CEST = 11,11\% \times 5,28\% \times 50\% \therefore \% CEST \approx 0,29\%$**

**Linha E:**

Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença (ex. doação de sangue, retirar título de eleitor, falecimento de cônjuge etc.) por ano (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo abaixo:  
 $\% AL = (1 + 30 + 12) \times 100 \therefore \% AL \approx 0,28\%$

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação <b>(CLÁUSULA 58ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) R\$ 13,90 X 15</b>	R\$ 208,50
Total		<b>R\$ 208,50</b>



Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 51,79
4.2	Substituto na Intrajornada (CLÁUSULA 58ª CCT-2025 SINDVIGILANTES/BA) R\$ 13,90 X 15	R\$ 208,50
Total		R\$ 260,29

Apenas um quadro-resumo.

Módulo 5 – Insumos Diversos		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 146,72
B	Materiais	R\$ 53,53
C	Equipamentos - Somente a depreciação	R\$ 27,24
D	Outros (especificar)	0.00
Total		R\$ 227,49

**Linha A:** Com base em ampla pesquisa de preços, forma-se um preço médio estimado de cada peça que compõem o uniforme anual de 1 vigilante. Pega-se o valor anual médio de todas as peças e divide por 12 (meses).

**Linha B:** Com base em ampla pesquisa de preços, pega-se o valor médio anual de todos os materiais a serem entregues a um vigilante dividido por 12 (meses).

**Linha C:** Com base em ampla pesquisa de preços para se chegar a um preço médio dos equipamentos a serem fornecidos, pega-se o valor do equipamento e divide pelos meses de vida útil de cada bem. A Administração pagará apenas a depreciação mensal. Ao final do prazo de vida útil do bem, ele deve ser substituído por um outro equivalente e novo.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	288,24
B	Lucro	10,00%	576,48
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	0,65%	37,47
	C.2. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	172,95
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS) - Salvador/BA	5,00%	288,24
	TOTAL		
Total		23,65%	1.363,38

O Módulo 6 reflete os módulos 1+2+3+4+5. = (Mod1 + Mod2 + Mod3 + Mod4 + Mod5) \* % do CITL

**Linha A:** Os Custos Indiretos são definidos por cada Empresa Licitante. E a Administração quando no planejamento de contratação de mão de obra terceirizada, precisa prever na planilha os Custos Indiretos, de modo a obter um preço máximo a ser pago por empregado na licitação. (IN 05/2017, Anexo V, item 2.9. alínea b.). Para definição dos parâmetros de Custos Indiretos desta licitação de mão de obra terceirizada realizada pela SR/PF/BA, levamos em consideração um estudo recente do Superior Tribunal de Justiça que considera razoável um percentual de 5% (cinco por cento) para alíquota de custos indiretos.

**Linha B:** O Lucro é definido por cada Empresa Licitante. E a Administração quando no planejamento de contratação de mão de obra terceirizada, precisa prever na planilha um percentual de Lucro razoável, de modo a obter um preço máximo a ser pago por empregado na licitação. Para definição do Lucro desta licitação de mão de obra terceirizada realizada pela SR/PF/BA, levamos em consideração um estudo recente do Superior Tribunal de Justiça que considera razoável um percentual de 10% (dez por cento) como taxa de Lucro.

**Linha C:** Os Tributos são os definidos em Lei. Empresas de serviços de Vigilância estão sujeitas ao regime cumulativo, conforme determina Solução de Consulta COSIT 345/2017. E no regime cumulativo, os percentuais são de 0,65% para PIS e de 3,00% para COFINS.

**Linha C:** Já o ISSQN, sendo um tributo municipal fica subordinado a um percentual de 02 a 5%, a ser determinado pela prefeitura de cada município.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.250,04
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.590,42
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 166,59
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 260,29
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 227,49
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 5.764,84
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.363,38
Valor Total por Empregado Mensal		R\$ 7.128,22
VALOR ANUAL		R\$ 85.538,66

## CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

**IN 05/2017-MPOG.** O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

*Apenas um quadro-resumo.*

### 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tratando-se de um órgão de segurança pública com prestação de serviços público de natureza ininterrupta, a salvaguarda de ativos requerem o reforço da equipe de vigilância patrimonial em apoio ao serviço da equipe de plantão. A empresa de vigilância armada contratada terá acesso à informações e dados sensíveis, controlará a entrada e saída de pessoas, devendo resguardar o sigilo necessário para garantia do fiel cumprimento das atividades desempenhadas.

Embora o parcelamento seja a regra nos processos de contratação da Administração Pública, a possibilidade de separação do objeto em lotes poderá ocasionar a adjudicação a diversas empresas do ramo, aumentando a vulnerabilidade e exposição dos ativos desta Superintendência Regional e unidades descentralizadas. Por isso, neste caso específico, a concentração da contratação em grupo único proporcionará uma gestão centralizada do contrato e dos serviços, minimizando os riscos de vazamento indesejado de informações e garantido o maior sigilo das atividades desenvolvidas pelo órgão.

Também é razão para o agrupamento dos itens, objeto da contratação, a promoção de uma licitação mais competitiva e mais atrativa ao mercado, preservando e prestigiando o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como atendendo aos princípios da eficiência e da legalidade, diminuindo os riscos de desinteresse do mercado no item de baixo valor e, consequentemente, de prejuízo para o conjunto da solução.

O não parcelamento do objeto, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, de atender a contento às necessidades da Administração Pública.

Além das razões já apresentadas, a agregação de itens divisíveis em um único grupo será feita devido os seguintes motivos:

- Simplificação e eficiência na gestão: a agregação em grupos de itens divisíveis, no caso concreto, simplifica o processo de licitação, reduzindo a complexidade administrativa e a quantidade de contratos a serem gerenciados. Isso leva a uma maior eficiência na execução dos contratos e na administração dos recursos públicos.
- Sinergia entre os itens: neste caso, a agregação de itens divisíveis é justificada pela existência de sinergias entre eles.
- Este serviço exige o uso de determinados materiais ou equipamentos específicos, e a contratação conjunta pode garantir uma melhor integração e desempenho do sistema como um todo.
- Garantia da qualidade ou desempenho: no caso concreto, o serviço será feito de forma contínua e para garantir uma comunicação de qualidade e cautelas de equipamentos é viável que a administração seja feita por uma única empresa.

### 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

### 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretensa contratação está alinhada ao Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027, especificamente aos itens a seguir:

- Objetivo Estratégico: Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora;
- Métrica de topo: Eficiência nas contratações;

### 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação será benéfica para o órgão, considerando os seguintes aspectos:

- Economicidade: é vantajoso economicamente para a Administração que os serviços sejam prestados por uma empresa terceirizada a ser contratada por meio de Pregão Eletrônico, garantindo o melhor preço pelo serviço.
- Eficácia e eficiência: o serviço será prestado por empresa que disponibilizará profissionais capacitados a realizá-lo da melhor forma, garantindo a eficácia e eficiência.
- Melhor aproveitamento dos recursos humanos: serão disponibilizados profissionais habilitados para executar as

- atividades para a qual forma treinados possibilitando que os servidores exerçam suas atribuições em ambientes salubres.
- Segurança das instalações do prédio, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;
- Controle de acesso e circulação de bens, próprios e de terceiros, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;
- Integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controle da circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;
- Preservação do bem-estar físico dos servidores, colaboradores e usuários de serviços, quando presentes nas unidades;
- Continuidade dos serviços de vigilância prestados nas dependências, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

#### 14. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

#### 15. Possíveis Impactos Ambientais

- Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.
- A presente contratação zela pela efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, embora a contratação em si não acarrete impacto ambiental:
- Constituição Federal/1988: "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)"
- Lei nº 12.187/2009: "Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público- privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos."
- Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

"Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
2. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
3. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
4. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
5. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
6. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Com Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017): "Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento."

#### 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

Diante do ETP apresentado, a equipe de planejamento entende que a contratação atende os preceitos de eficiência e economicidade que devem reger os atos da Administração Pública.

#### **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCUS VINICIUS DE ANDRADE CUNHA**

**LUCAS OLIVEIRA LESSA DE ASSIS**

---

Referência: Processo nº 08258.000090/2023-23

SEI nº 40817421